



Ministério da Saúde  
Programa Especial de Saúde do Rio Doce

**NOTA TÉCNICA Nº 58/2025**

**Câmara Técnica de Saúde do Programa Especial de Saúde do Rio Doce**

**Assunto:** Avaliação do Plano de Ação de Saúde do município de Colatina/ES

Considerando a Lei 8.080 de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação de saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências.

Considerando o Acordo Judicial para Reparação Integral e Definitiva Relativa ao Rompimento da Barragem de Fundão.

Considerando o Anexo 8 do Acordo Judicial para Reparação Integral e Definitiva Relativa ao Rompimento da Barragem de Fundão, que trata do programa Espacial de Saúde do Rio Doce,

Considerando a Resolução nº 3 do Comitê Especial Tripartite, que aprova as Diretrizes para a Elaboração dos Planos de Ação em Saúde no âmbito do Programa Especial de Saúde do Rio Doce,

Trata-se a presente Nota Técnica de avaliação do Plano de Ação em Saúde do município de Aracruz/ES com vistas à validação do documento pelos membros da Câmara Técnica de Saúde e posterior aprovação de resolução no Comitê Especial Tripartite (CET).

**1. INSTRUÇÃO**

O Plano de Ação em Saúde do município de Colatina/ES foi elaborado em conformidade com as *Diretrizes para a Elaboração dos Planos de Ação do Programa Especial de Saúde do Rio Doce*, aprovada pela Resolução nº 3 do Comitê Especial Tripartite (CET).

O Plano de Ação foi apresentado à Câmara Técnica por meio de submissão à plataforma do Programa Especial de Saúde do Rio Doce (PES Rio Doce), devidamente assinado pelo(a) secretário(a) municipal de saúde e com a anuência do Conselho Municipal de Saúde.

**2. ANÁLISE**

A elaboração do Diagnóstico Situacional de Saúde em contextos de recuperação pós desastres consiste em uma estratégia primordial para orientar a tomada de decisão e a identificação das ações e medidas necessárias em decorrência dos danos e impactos.

Para a elaboração do Diagnóstico Situacional de Saúde, deve ser avaliado, minimamente, o seguinte conjunto de dados e informações:

- ✓ Perfil socioeconômico, produtivo e demográfico do território;
- ✓ Perfil epidemiológico do território;
- ✓ Estrutura da rede e serviços de saúde instalados e existentes no território

O município de Colatina/ES submeteu via plataforma documento(s) em formato de arquivo PDF contendo informações gerais, o Diagnóstico Situacional de Saúde e as ações propostas, segundo os eixos definidos nas Diretrizes para a Elaboração dos Planos de Ação em Saúde.

**As informações pormenorizadas podem ser acessadas nesse documento.**



Ministério da Saúde  
Programa Especial de Saúde do Rio Doce

**Setores econômicos predominantes:**

A economia de Colatina (ES) é diversificada e dinâmica, com destaque para os setores agrícola, industrial e de serviços. A agricultura tem papel fundamental, com forte presença da agricultura

Já o setor de serviços familiar e produção significativa de café conilon, principal fonte de renda em propriedades de até 100 hectares. Outros cultivos importantes incluem arroz, feijão, milho, mandioca, mamão e hortaliças como tomate, pimentão e berinjela, grande parte destinada à CEASA-ES.

O setor industrial é representativo, com cerca de 200 empresas de confecção que empregam aproximadamente 5 mil pessoas, além de segmentos como madeira, metalurgia, móveis e alimentos. A criação de polos industriais tem impulsionado o desenvolvimento econômico local, é bem estruturado, com destaque para bancos, instituições educacionais como UNESC e IFES, e serviços de saúde que atendem Colatina e municípios vizinhos.

Colatina é considerada o município de maior potencial econômico da região noroeste do Espírito Santo. Situado no Vale do Rio Doce, a 135 km de Vitória, possui boa infraestrutura de transporte, com acesso pelas rodovias BR-259, ES-080 e pela Estrada de Ferro Vitória-Minas. O distrito de Itapina, a 25 km da sede, tem importância histórica e cultural, mas suas atividades tradicionais como pesca artesanal e extração de areia foram afetadas pelo desastre da barragem de Mariana.

Atualmente, o município passa por transformações econômicas, com investimentos em infraestrutura e atração de empreendimentos, o que tem fortalecido a geração de emprego e renda. O PIB per capita de Colatina reflete esse dinamismo, demonstrando a relevância econômica da cidade no contexto regional.

**Cenário epidemiológico:**

Colatina é um dos principais municípios do interior do Espírito Santo, com papel regional estratégico nos setores de saúde, comércio, agricultura e indústria. Com uma área de 1.426,7 km<sup>2</sup> e população estimada em 119.962 habitantes (IBGE, 2024), apresenta densidade demográfica de 86,95 hab/km<sup>2</sup>. A maioria da população (88%) vive na zona urbana, evidenciando o processo contínuo de urbanização. Localizada a aproximadamente 135 km de Vitória, Colatina é cortada pelo Rio Doce, que influencia diretamente sua organização urbana. A cidade é interligada pelas pontes Florentino Avidos e Segunda Ponte, conectando bairros centrais — como Centro, Esplanada e Vila Nova — aos bairros populosos da margem norte, como São Silvano, Honório Fraga e Maria das Graças.

A urbanização de Colatina avançou de 81,5% em 1991 para 88% em 2010. Entre 2010 e 2022, a população cresceu 7,52%, com taxa média anual de 0,61%, levemente acima da média nacional. A estrutura etária aponta para um envelhecimento populacional, com predomínio da faixa entre 35 e 44 anos e redução das faixas mais jovens. Entre 2000 e 2010, a razão de dependência caiu de 49% para 39,8%, enquanto a taxa de envelhecimento aumentou de 6,4% para 8,1%. Essa transição demográfica impõe novos desafios à saúde, previdência e assistência social.

Mais de 60% da população é economicamente ativa, sendo cerca de 12% vinculada a atividades agropecuárias, pesca e produção florestal — setores predominantemente masculinos. Apesar do



Ministério da Saúde  
Programa Especial de Saúde do Rio Doce

rompimento da barragem de Mariana, a pesca foi diretamente impactada, e a agricultura sofreu com a contaminação do solo e da água. A baixa escolaridade é um fator preocupante: 39,4% dos trabalhadores têm ensino fundamental incompleto ou nenhuma instrução, o que exige ações educativas adequadas às suas realidades.

A vigilância em saúde do trabalhador enfrenta dificuldades para quantificar os agravos relacionados ao trabalho, principalmente pela subnotificação, baixa qualificação dos registros e falta de vínculo estabelecido entre o adoecimento e a ocupação. Entre 2015 e 2024, os principais registros de óbitos no município foram por neoplasias (1.516), seguidas por doenças do aparelho digestivo (845), doenças endócrinas e metabólicas (489), doenças do sistema nervoso (439) e novamente doenças do aparelho digestivo (387).

No campo do saneamento, Colatina apresenta boa cobertura. Em 2012, o SANEAR atendia mais de 108 mil habitantes com abastecimento de água potável, alcançando quase todos os domicílios urbanos e as localidades rurais mais populosas.

Em relação à vigilância epidemiológica, os dados do SINAN (até 2019) e do e-SUS VS (a partir de 2020) revelam aumento de notificações em diversas áreas. Destacam-se os acidentes com animais peçonhentos, que cresceram de 241 casos em 2015 para 326 em 2017, além dos 43 casos de febre amarela notificados em 2017. Casos de violência doméstica e sexual também aumentaram, assim como os de febre maculosa, que subiram de 10 registros em 2015 para 131 em 2023.

As arboviroses — dengue, zika e chikungunya — continuam sendo um grande desafio, agravado por fatores como urbanização desordenada, mudanças climáticas e saneamento precário. Entre 2015 e 2023, Colatina registrou mais de 6.200 casos de dengue. Houve queda nas notificações entre 2021 e 2022, possivelmente em razão da priorização das ações voltadas à COVID-19, o que pode ter contribuído para subnotificações. O Zika vírus teve maior incidência em 2016, no contexto da epidemia nacional associada à microcefalia. Em 2021 e 2022, também houve aumento, com destaque para os casos em gestantes. Já a chikungunya apresentou crescimento expressivo entre 2019 e 2020 (214%) e entre 2021 e 2022 (47,8%).

A febre amarela, embora erradicada na forma urbana desde 1942, reapareceu em sua forma silvestre. Em 2017, Colatina notificou 46 casos suspeitos, com 22 confirmações e 4 óbitos — todos homens, trabalhadores rurais. Desde então, o Espírito Santo passou a ser área com recomendação de vacinação, com dose única indicada para pessoas entre 9 meses e 59 anos. Nos anos seguintes, as notificações foram esporádicas e todas descartadas como febre amarela.

Esses dados reforçam a importância de uma rede de saúde organizada, com protocolos clínicos bem definidos, sistema de referência e contrarreferência, além de ações integradas de vigilância. O enfrentamento eficaz das epidemias exige políticas públicas adequadas, qualificação da notificação e atenção especial às vulnerabilidades locais, como a subnotificação, baixa escolaridade da população trabalhadora e os impactos socioambientais da região.

Segundo os dados do CAPS AD, houve um aumento nos atendimentos farmacêuticos entre 2014 e 2018. No período de 5 de novembro de 2014 a 4 de novembro de 2015, foram registrados 539 atendimentos, número que subiu para 1.333 entre 5 de novembro de 2016 e 4 de novembro de 2017.



Ministério da Saúde  
Programa Especial de Saúde do Rio Doce

A subnotificação de agravos decorrentes de causas externas — como acidentes, violências, suicídios e tentativas de suicídio — dificulta a compreensão da relação desses eventos com situações de insegurança, como falta de água, alimento e, no caso dos pescadores, mudanças no modo de vida e trabalho.

**Descrição da rede de saúde:**

A estrutura de saúde do município de Colatina conta com uma Vigilância Epidemiológica ativa, responsável pelo monitoramento do cenário epidemiológico, alimentação dos sistemas de informação e apoio à formulação de ações de prevenção e controle de doenças. Até 2019, o Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN) era a principal ferramenta utilizada. A partir de janeiro de 2020, conforme a Portaria nº 001-R/2020 da Secretaria de Estado da Saúde, o sistema e-SUS Vigilância em Saúde (e-SUS VS) passou a ser o único meio oficial de notificação compulsória no Espírito Santo. A Vigilância de Colatina foi responsável pelo cadastro de todos os estabelecimentos de saúde no novo sistema, promovendo a descentralização e maior autonomia das unidades notificadoras.

O município também desenvolve ações do programa VIGIAGUA, seguindo as diretrizes do Ministério da Saúde. Essas ações incluem o monitoramento da qualidade da água consumida, com registro das informações no Sistema de Informações da Qualidade da Água para Consumo Humano (SISAGUA), que reúne dados de análises microbiológicas (coliformes fecais e totais) e físico-químicas (cloro, flúor e turbidez).

A Vigilância Ambiental conta com 90 Agentes de Combate a Endemias (ACE), que atuam tanto em atividades de campo como em rotinas internas da Vigilância Epidemiológica. Além das inspeções, são realizados bloqueios com bombas costais e carros fumacê para o controle de vetores. A vigilância também atua no controle de animais sinantrópicos — como escorpiões, aranhas, abelhas, pombos e ratos — que podem transmitir doenças ou causar acidentes, muitos deles comuns em áreas urbanas por se adaptarem ao ambiente modificado pelo ser humano.

O Centro de Referência em Saúde do Trabalhador (CEREST) de Colatina atende 18 municípios, incluindo Linhares, Baixo Guandu, Marilândia e Aracruz, atingidos pelo desastre ambiental de 2015. Na ocasião, o Ministério da Saúde recomendou a implementação da Vigilância da Situação de Saúde dos Trabalhadores e Trabalhadoras (VISATT) nos municípios afetados. Apesar da recomendação ter sido reforçada em 2018, Colatina ainda não conta com uma estrutura formal de VISATT, dispondo apenas de uma referência técnica desde o final de 2023.

Na Atenção Primária, em 2015, Colatina contava com 35 equipes da Estratégia Saúde da Família (ESF). Esse número variou entre 34 e 36 nos anos seguintes e, em 2024, chegou a 50 equipes. Elas são compostas por agentes comunitários de saúde, enfermeiros, técnicos de enfermagem, médicos e, em algumas unidades, equipe de saúde bucal. As equipes estão distribuídas em 42 estabelecimentos de saúde (UBS e pontos de apoio) e atendem toda a população. A ampliação ocorreu devido ao aumento da demanda e à necessidade de garantir atendimento adequado e em tempo oportuno. Territórios que antes eram atendidos de forma compartilhada passaram a ter equipes próprias, e algumas equipes foram ampliadas para dar conta do elevado fluxo de usuários.



Ministério da Saúde  
Programa Especial de Saúde do Rio Doce

As ESF realizam acolhimento, consultas médicas e de enfermagem, atendimentos domiciliares e atividades coletivas, com registro no Prontuário Eletrônico do Cidadão (PEC). As agendas incluem consultas programadas, urgências e atendimentos do dia, além de atividades coletivas como grupos, ações de educação em saúde e mobilização social.

Na área da saúde mental, o município implantou o CAPS II Transtorno Mental em 2002, e o CAPS AD (Álcool e Drogas) em 2011, diante da crescente demanda judicial e ambulatorial relacionada ao uso de substâncias psicoativas. Atualmente, o CAPS AD acompanha 794 pacientes, com oferta de atendimento multiprofissional e ações de prevenção voltadas à redução de danos. A Policlínica também oferece atendimentos ambulatoriais com psiquiatras, neurologistas e psicólogos para todas as faixas etárias, fortalecendo a rede básica e especializada por meio de apoio matricial.

As equipes também realizam visitas domiciliares e acompanham internações, principalmente as decorrentes de decisões judiciais.

Desde 2012, Colatina utiliza o sistema Hórus para a gestão da assistência farmacêutica, contribuindo para qualificação dos serviços e maior transparência. A Farmácia Básica Municipal, localizada no centro da cidade, realiza cerca de mil atendimentos diários. Além dela, há pontos de dispensação em diversas UBS dos bairros, com atendimento farmacêutico em dias específicos. Já os distritos do interior não contam com dispensação local, sendo necessário o deslocamento até a unidade mais próxima.

O município possui um Laboratório Central municipal que realiza exames para doenças como hanseníase, tuberculose, dengue, HIV, hepatites, sífilis, leptospirose, leishmaniose, entre outras, além de análise de larvas de mosquito. O laboratório também recebe amostras de municípios vizinhos para exames de dengue. Sua equipe inclui guardas de endemias, técnicos de laboratório, pessoal administrativo, coordenador e bioquímico. A capacitação contínua e a oferta de estrutura adequada contribuem para a resposta rápida a surtos e epidemias.

O principal serviço de alta complexidade da região é o Hospital Estadual Sílvio Avidos, referência para Colatina e municípios vizinhos, atendendo também pacientes de estados como Minas Gerais e Bahia. Até junho de 2025, os atendimentos de urgência de menor complexidade eram realizados pela Santa Casa de Misericórdia de Colatina. A partir de então, esses atendimentos passaram a ser realizados pela Unidade de Pronto Atendimento (UPA) no bairro São Silvano, sob gestão municipal. A mudança integra a rede de urgência, com maior controle, integração e resolutividade, e amplia o acesso em uma área com grande concentração populacional e alta vulnerabilidade social.

As UBS continuam com papel essencial no atendimento de urgências de baixa complexidade, ajudando na organização dos fluxos de cuidado. Os serviços de urgência e emergência são realizados pelo SAMU 192, Corpo de Bombeiros Militar e, quando necessário, por equipes da Secretaria Municipal de Saúde com transporte próprio e regulação interna.

**2.1 Eixos de Atuação do Programa**



Ministério da Saúde  
Programa Especial de Saúde do Rio Doce

O Programa Especial de Saúde do Rio Doce é composto por 6 (seis) eixos que deverão ser utilizados para a organização e estruturação das ações e estratégias propostas nos Planos de Ação. Assim, cada atividade proposta deverá se referir a um destes eixos:

- Eixo 1 - Fortalecimento e ampliação dos serviços de Atenção à Saúde
- Eixo 2 - Fortalecimento e ampliação das ações e serviços de Vigilância em Saúde
- Eixo 3 - Fortalecimento, ampliação e melhorias da infraestrutura de saúde
- Eixo 4 - Melhoria das práticas de gestão em saúde
- Eixo 5 - Ações de inteligência e ciências de dados e serviços de saúde digital
- Eixo 6 - Formação e educação permanente

O Plano do município de Colatina/ES contemplou as seguintes ações:

<b>Plano de Ação de Saúde do município de Colatina/ES</b>	
<b>Eixo 1 – Fortalecimento e ampliação dos serviços de Atenção à Saúde</b>	
Ação 1 – Locação de 12 veículos com motorista e combustível para apoio à Atenção Primária.	
Ação 2 – Ampliação do contrato de serviço de transporte sanitário com vans.	
Ação 3 – Locação de 05 ambulâncias tipo B para transporte sanitário municipal e intermunicipal.	
Ação 4 – Aquisição de consultas especializadas.	
Ação 5 – Contratação de médicos plantonistas e diaristas por meio do Consórcio Público de Saúde (CIM-Noroeste ou similar), viabilizando a ampliação da cobertura médica na rede municipal de forma imediata e regular.	
Ação 6 – Ampliação da oferta de exames laboratoriais e de imagem.	
Ação 7 – Aquisição e disponibilização de tablets com conectividade móvel para 300 Agentes Comunitários de Saúde, com suporte técnico especializado e integração plena com os sistemas de informação da Atenção Primária.	
Ação 8 – Contratação de serviços de dados móveis para viabilizar o uso de tablets na rotina dos ACS, fortalecendo o trabalho de campo e a alimentação dos sistemas.	
<b>Eixo 2 – Fortalecimento e ampliação das ações e serviços de Vigilância em Saúde</b>	
Ação 1 – Locação de 4 veículos com motorista e combustível para apoio operacional às ações da Vigilância em Saúde (Vigilância Epidemiológica, Sanitária, Ambiental e Saúde do Trabalhador).	
Ação 2 – Aquisição de tablets com tecnologia 4G ou superior para uso dos Agentes de Combate às Endemias.	
Ação 3 – Contratação de serviços de dados móveis para viabilizar o uso de tablets na rotina dos ACE, fortalecendo o trabalho de campo e a alimentação dos sistemas.	
<b>Eixo 3 – Fortalecimento, ampliação e melhorias da infraestrutura de saúde</b>	
Ação 1 – Construção da sede da Unidade Básica de Saúde do bairro Maria Ortiz.	
Ação 2 – Adquirir e instalar os equipamentos mobiliários essenciais (mesas, cadeiras, ar-condicionado, equipamentos de informática e outros) para equipar a Unidades Básicas de Saúde de Maria Ortiz garantindo ambiente de trabalho e atendimento completo e eficiente.	
Ação 3 – Implantação de infraestrutura de rede de fibra óptica no município de Colatina/ES.	
Ação 4 – Aquisição de microcomputadores Tipo I (básico) para uso geral e microcomputadores Tipo III (avançado) e uma workstation para tarefas de alto desempenho; notebooks Tipo I (básico) para mobilidade; monitores e nobreaks para equipar os novos desktops.	



Ministério da Saúde  
Programa Especial de Saúde do Rio Doce

Ressalta-se que o Plano de Ação em Saúde deverá ser incluído no Relatório Anual de Gestão (RAG) do município.

### **3. CONSIDERAÇÕES SOBRE A EXECUÇÃO DAS AÇÕES**

De acordo com a cláusula 12 do Anexo 8 do Acordo Judicial homologado, os recursos recebidos pelos entes federados beneficiários serão aplicados, obrigatoriamente, em ações e serviços públicos de saúde, observado o disposto no art. 4º da Lei Complementar n. 141, de 13 de janeiro de 2012, e não poderão ser contabilizados para os fins previstos no art. 198, § 2º, da Constituição Federal.

Além disso, algumas ações previstas nos Planos de Ação, a depender de sua natureza e forma de execução, exigem atenção aos normativos aplicáveis, com o objetivo de assegurar a conformidade jurídica e administrativa dos gastos e prevenir questionamentos futuros.

Diante disso, apresenta-se a seguir um conjunto de orientações aplicáveis a situações como abrangência dos serviços de saúde, aquisição de terrenos e contratação de pessoal, que devem ser observadas pela gestão municipal caso essas ações venham a ser executadas no âmbito do Programa.

#### **3.1 Aquisição de terrenos**

A aquisição de terreno é admitida somente quando vinculada à implantação de unidade de saúde prevista no plano de ação aprovado e alinhada aos objetivos do Acordo Judicial.

Ainda que os recursos financeiros estejam liberados, a execução da aquisição fica condicionada à apresentação, à instância de governança do Programa Especial de Saúde do Rio Doce, da documentação obrigatória prevista na Lei nº 14.133/2021, no Decreto-Lei nº 3.365/1941 e demais normativos aplicáveis ao ente federado responsável.

No caso de aquisição por ato expropriatório, o procedimento deverá estar fundamentado na utilidade ou necessidade pública (art. 5º, inciso XXIV, da Constituição Federal) e observar os requisitos formais do Decreto-Lei nº 3.365/1941.

São documentos indispensáveis:

- Laudo de avaliação elaborado por profissional habilitado;
- Certidão de matrícula atualizada do imóvel;
- Justificativa técnica de utilidade pública;
- Manifestação jurídica favorável à aquisição.

A não observância dessas exigências constitui descumprimento das condições pactuadas no programa e poderá ensejar questionamentos jurídicos, incluindo ações de fiscalização e responsabilização pelo ente federado.

#### **3.2 Contratação de pessoal**

A utilização de recursos do Programa Especial de Saúde do Rio Doce para custeio de pessoal deve observar restrições específicas. Está vedada a utilização para despesas ordinárias de pessoal, ou seja, aquelas rotineiras e corriqueiras da administração pública, como pagamento



Ministério da Saúde

Programa Especial de Saúde do Rio Doce

de servidores efetivos, comissionados ou de vínculo permanente, mesmo que alocados nas ações previstas no plano.

É admitido o custeio de profissionais contratados temporariamente, desde que:

- Estejam exclusivamente vinculados à execução das ações pactuadas no Plano de Ação;
- A contratação seja excepcional, transitória e tecnicamente justificada;
- A contratação siga normas legais específicas do ente federado responsável, assegurando que não gere obrigações permanentes.

#### 4. CONCLUSÃO

Diante do exposto, considera-se que o Plano de Ação em Saúde encaminhado pelo município de Colatina/ES possui os elementos descritos nas *Diretrizes para a elaboração dos Planos de Ação do Programa Especial de Saúde do Rio Doce*, contemplando ações concernentes com os problemas de saúde relatados no Diagnóstico Situacional de Saúde.

Assim, a Câmara Técnica recomenda ao Comitê Especial Tripartite (CET) a aprovação do Plano de Ação em Saúde de Colatina/ES, nos termos desta nota técnica.

#### 5. EQUIPE DE AVALIAÇÃO

Fernando Gustavo da Vitória (Secretário de Saúde de Fundão/ES)

Gabriela Maciel dos Reis (Ministério da Saúde)

Jaqueleine Francischetti (Ministério da Saúde)

Roberto da Costa Laperriere Junior (Secretaria de Estado de Saúde do Espírito Santo)

Brasília, 02 de outubro de 2025.

A handwritten signature in blue ink, appearing to read "Juliana da SPC".

Juliana da Silva Pinto Carneiro

Presidenta da Câmara Técnica do Programa Especial de Saúde do Rio Doce